MUNICÍPIO DE AVIS

Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística

UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS OU SUAS FRAÇÕES

(Art.º 62º e ss. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação)

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO	INFORMAÇÃO
Req. n.º_____ Proc.º n.º_____ Data de entrada ____/_____/20_____ O FUNCIONÁRIO,		

Ex.mo Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Avis

REQUERENTE

(1)_____, contribuinte fiscal n.º_____, com sede/morada no(a) em_____, telefone_____ e endereço eletrónico_____, na qualidade de (2) _____, no prédio/fração, sito/a) no(a)/em_____, inscrito na matriz predial sob o Art.º n.º_____, Secção___ da freguesia de _____ e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____.

PRETENSÃO

Vem requerer, para efeitos do disposto no art.º 62º e ss do RJUE, na sua atual redação, a autorização de utilização do prédio/fração identificada a (3):

☐ Emissão de RESPOSTA À COMUNICAÇÂO DE UTILIZAÇÃO para (4) _____, declarando que as obras objeto da operação urbanística a que refere o Processo de Licença ou Comunicação Prévia n.º ___/_____ de ___/___/____ e tituladas pela Licença/Termo de Admissão da Comunicação Prévia n.º ____/_____ de ___/____/_____ foram concluídas em (5) ____/____/_____;

☐ Emissão de RESPOSTA À COMUNICAÇÂO DE UTILIZAÇÃO para (4) _____, do prédio/fração sujeito ao procedimento de legalização a que refere o Processo n.º ___/_____ de ___/___/ , tituladas pelo Licença n.º ____/_____ de ___/____/_____;

☐ Emissão de RESPOSTA À COMUNICAÇÂO DE UTILIZAÇÃO para (4)_____, do prédio/fração não precedido de operação urbanística sujeita a controlo prévio;

☐ Emissão de ALTERAÇÃO À AUTORIZAÇÃO ou da RESPOSTA À COMUNICAÇÂO DE UTILIZAÇÃO(4) _____para (4) _____, declarando que a atual utilização é titulada pelo Alvará n.º _____ de ___/____/_____, conforme consta do Processo n.º ____/_____ de ___/___/_____.

Nestes termos, junto para apreciação, os elementos instrutórios legalmente exigíveis, discriminados no verso.

☐ Autorizo que as notificações no âmbito desta comunicação sejam realizadas por via eletrónica, nos termos do Art.º 121º do RJUE

☐ Tomei conhecimento e concordo com a política de proteção de dados. *

Pede deferimento,
_____/_____/20_____

O REQUERENTE, _____

C. Cidadão/B.I. n.º....., válido até ...../...../.....

(1) - Nome do requerente, seja pessoa singular ou colectiva. Neste último caso, deverá referir em que qualidade o faz, juntando comprovativo dessa qualidade e apresentar documento que a tanto o autoriza; (2) - Proprietário, mandatário, usufrutuário, superficiário, promitente comprador; (3) - Assinalar o âmbito da informação pretendida; (4) - Referir o tipo de operação urbanística ou outros tipos de intervenção;

***Informações sobre tratamento de dados pessoais:** O responsável pelo tratamento dos dados pessoais é o Município com os contactos aqui indicados, que designou Encarregado de Proteção de Dados contactável através do email dpo@cm-avis.pt. A finalidade de tratamento dos dados pessoais corresponde à finalidade da atividade, procedimento administrativo, formulário, requerimento ou comunicação apresentados. O fundamento é o tratamento necessário para cumprimento de obrigações legais e exercício de funções de interesse público ou autoridade pública de que está investido o Município. Podem ser destinatários dos dados outras entidades públicas se, e, conforme previsto na legislação. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação incluindo de arquivo. O titular dos dados pessoais tem os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento. Tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo Comissão Nacional de Proteção de Dados. Para mais informações poderá consultar as nossas políticas de privacidade no nosso website: http://www.cm-avis.pt/.*

1. **DOCUMENTOS ANEXOS** (não dispensa a entrega de todos os elementos referentes na Portaria 71-A/20 de 27.fev.2024)

- ☐ Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade do requerente para a realização da operação urbanística
- ☐ Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor, emitida pela Conservatória do Registo Predial, referente ao(s) prédio(s) objeto da pretensão
- ☐ Código de acesso à Certidão Permanente do Registo Predial e Caderneta Predial atualizada
- ☐ Cópia da Licença ou Termo da Comunicação Prévia da operação urbanística correlacionado com o pedido
- ☐ Planta de Localização e Enquadramento, à escala adequada, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área objeto do pedido (*de acordo com os dados do GeoPortal em cm-avis.pt*)
- ☐ Memória Descritiva, da pretensão, com quadro sinóptico de áreas, índices e parâmetros urbanísticos
- ☐ Termo de Responsabilidade relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares, bem como à idoneidade do edifício ou fração autónoma para o fim pretendido
- ☐ Termo de responsabilidade subscrito pelo Diretor de Obra ou Diretor e fiscalização, acompanhado de declaração ou prova de reconhecimento da capacidade profissional, emitida pela respetiva ordem profissional *(quando aplicável)*
- ☐ Telas Finais (*quando aplicável*)
- ☐ Ficha de elementos estatísticos (*em modelo do INE*)
- ☐ Certificado SCE, emitido por perito qualificado *(quando aplicável)*
- ☐ Termo de responsabilidade subscrito por técnico habilitado, relativo à conformidade da obra com o Projeto Acústico (*quando aplicável*)
- ☐ Cópia da notificação da Câmara Municipal, a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor *(quando aplicável)*
- ☐ Suporte Informático não editável (*CD, DVD, pendrive*), com as peças escritas e desenhadas e demais elementos em formato digital e autenticados
- ☐ outros elementos específicos legalmente exigíveis: _____